



Percepção ambiental dos atores sociais da Vila de Trindade, Paraty, RJ

Environmental perception of social groups in Trindade Village, Paraty, RJ, Brazil

Luana Balbino Santos¹
Antônio José Teixeira Guerra²

RESUMO

Os valores atribuídos ao meio ambiente expressam a conduta dos moradores e visitantes, tornando-se uma ferramenta interessante para nortear estratégias de manejo dos recursos naturais e estudos socioambientais. O presente artigo teve como objetivo identificar a percepção ambiental de moradores, turistas e gestores públicos, fornecendo bases para medidas socioambientais que melhorem a qualidade de vida dessa população. Diante da percepção ambiental dos atores sociais envolvidos na pesquisa, identificou-se similaridades de compreensão quanto à preservação ambiental. Observa-se que a valorização da cultura tradicional caiçara se apresenta como mecanismo para minimizar as perdas culturais por conta do desenvolvimento de atividades voltadas para o turismo.

Palavras-chave: Percepção ambiental; Turismo; Unidades de conservação.

¹ Doutorado em Ciências (Geografia) pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Mestrado em Ciências (Geografia) pela UFRJ. Graduação em Ciências Biológicas pela UFRJ. Professora da Rede Municipal de Ensino do Rio de Janeiro. E-mail: luanasantos200@rioeduca.net

² Pós-doutorado pela Universidade de Oxford e pela Universidade de Wolverhampton. Doutorado em Soil Erosion pela University of London. Mestrado em Geografia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Graduação em Geografia pela UFRJ. Professor do Departamento de Geografia da UFRJ. Email:antoniotguerra@gmail.com

ABSTRACT

The values attributed to the environment express the behavior of residents and visitors about a given place, making it an interesting tool in order to guide natural resource management strategies and socio-environmental studies. This article aimed to identify the environmental perception of residents, tourists and public managers, providing bases for socio-environmental measures that improve the quality of life of this population. In view of the environmental perception of the social groups involved in the research, similarities in understanding regarding environmental preservation were identified. The valorization of traditional local (caíçara) culture is observed as a mechanism in order to minimize cultural losses due to the development of tourism activities and actions.

Keywords: Environmental perception; Tourism; Conservation units.

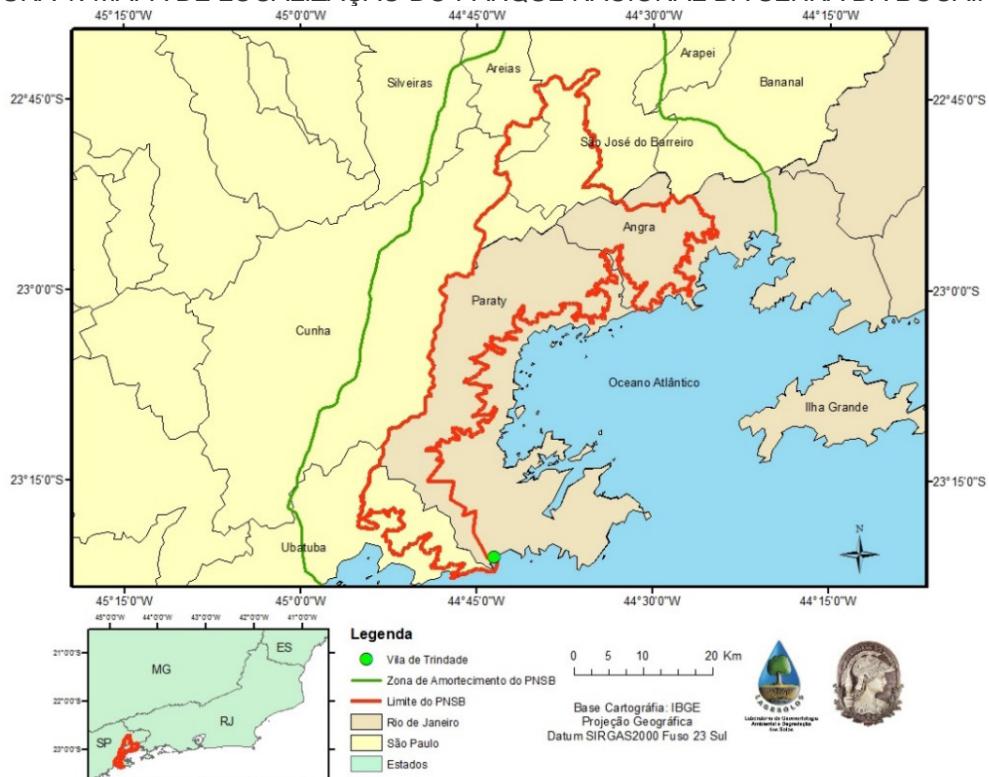
1 INTRODUÇÃO

As unidades de conservação (UCs) podem ser utilizadas como ferramenta para a harmonização das relações entre os atores sociais e a unidade de relevância natural. Entretanto, a implantação de áreas protegidas gera novos conflitos entre os diversos setores da sociedade envolvidos, como o que ocorre em Trindade, um bairro de Paraty, que fica no litoral sul do Rio de Janeiro e constitui o limite sul do Parque Nacional da Serra da Bocaina (PNSB).

O PNSB foi criado em 1971, pelo Decreto Federal nº 68.172, de 04 de fevereiro de 1971 (BRASIL, 1971). Inicialmente, o PNSB contava com uma área de 134.000 hectares, sendo posteriormente modificado pelo Decreto Federal nº 70.694, de 08 de junho de 1972 (BRASIL, 1972), totalizando 104.000 hectares, da qual cerca de 60% localizam-se no estado do Rio de Janeiro e 40% no estado de São Paulo. O local representa um importante fragmento de domínio da Mata Atlântica, agrupando diversidade de tipos vegetacionais, em extensões contínuas de áreas florestadas, além da proteção dos recursos hídricos superficiais, pois correspondem aos mananciais de abastecimento das áreas urbanas como Angra dos Reis e Paraty.

Os limites do PNSB abrangem quatro municípios paulistas, Ubatuba, Cunha, São José do Barreiro e Areias, e dois municípios fluminenses, que são Angra dos Reis e Paraty (Figura 1). Em Paraty, se insere nos limites do PNSB uma parte da vila de moradores de Trindade, além de uma de suas principais atrações turísticas, a piscina natural do Cachadaço (BRASIL, 1971; BRASIL, 1972).

FIGURA 1: MAPA DE LOCALIZAÇÃO DO PARQUE NACIONAL DA SERRA DA BOCAINA.



FONTE: Santos (2016, p. 21).

A vila de Trindade possui um total de 151 imóveis registrados na prefeitura municipal de Paraty, além de outros registrados como imóveis rurais. Os dados demográficos mais recentes indicam que Paraty tem aproximadamente 44 mil habitantes (IBGE, 2020), e o PNSB estima que aproximadamente 1000 pessoas vivam em Trindade. Pode-se dizer que o turismo em Trindade teve seu marco a partir da construção da rodovia BR 101, na década de 1970, após a abertura da estrada para o condomínio Laranjeiras e o asfaltamento da trilha de acesso à vila (BRASIL, 2001; BRASIL, 2010).

A Lei nº. 9.985, de 18 de julho de 2000, que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), estabelece que as Unidades de Conservação devem dispor de um plano de manejo que abranja a área da unidade de conservação, sua zona de amortecimento e os corredores ecológicos, incluindo medidas com finalidade de promover sua integração à vida econômica e social das comunidades vizinhas (BRASIL, 2000). Desde 2010, o PNSB, passou a ampliar suas ações na faixa litorânea da unidade de conservação por identificar como sendo a região que concentrava os principais potenciais e ameaças, como intensa visitação e dinâmica de crescimento urbano, particularmente nos municípios de Angra dos Reis e Paraty (BRASIL, 2010).

É válido destacar que a Vila de Trindade é um local originalmente habitado por caiçaras da região, e com a abertura da rodovia Rio-Santos e a ascensão do turismo em Paraty, o turismo na Vila tornou - se relevante economicamente aos moradores, trazendo transformações socioespaciais que acarretou problemas sociais, ambientais, além de conflitos com a gestão da unidade de conservação do Parque Nacional da Serra da Bocaina (CURVELO; LOPES JUNIOR, 2021). Atualmente, a região recebe fluxo de turistas durante todo o ano, sendo mais intenso no verão e feriados prolongados, porém o local possui limitações de infraestrutura no transporte, hospedagem e nas redes de tratamento de esgoto, para dar suporte a esse fluxo crescente.

Para compreender como tais mudanças são percebidas, torna-se relevante identificar a percepção ambiental de turistas e moradores, principais atores sociais envolvidos neste processo. A percepção ambiental pode ser caracterizada como a forma em que o indivíduo comprehende o meio que está inserido para além da observação do ambiente físico, sendo influenciada por questões sociais, educacionais e culturais, além de aspectos cognitivos e emocionais. Portanto, pode se apresentar de forma diferente entre moradores e turistas, tornando-se uma ferramenta importante para minimizar conflitos (TUAN, 1980; ABRAM, 1997; FERREIRA; COUTINHO, 2000; SANTOS, 2016; ZAGO, ROCHA; COSTA, 2020).

Diante do exposto, a seguinte problemática norteia o presente estudo: há diferença na percepção ambiental de moradores, turistas e gestores da Unidade de Conservação? Para responder a esta questão, foi identificada, por meio de entrevistas, a percepção ambiental dos atores sociais em relação à atividade turística na Vila de Trindade, o estado de conservação do local e as restrições impostas pela unidade de conservação.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

A percepção ambiental pode servir de base para estratégias de conservação mais efetivas. Neste contexto, compreender como a população percebe o meio ambiente, e os impactos que podem ser causados, é uma ferramenta importante para o manejo dessas áreas (SILVA JUNIOR; SANTOS, 2017).

No que tange à percepção ambiental, Kuhnen (2011) aponta três dimensões psicossociais: a cognição, processo pelo qual as pessoas criam imagens mentais; o afeto, que está relacionado ao apego ao lugar e a própria identidade do indivíduo; e as preferências ao ambiente, que determinam o grau de atratividade, distanciamento ou proximidade, em relação ao ambiente.

Quanto ao senso de pertencimento ao lugar, Tuan (1983) afirma que o espaço se torna lugar quando nos é inteiramente familiar. Assim, a análise e percepção do espaço em uma de suas dimensões relacionais dos indivíduos e destes com o espaço experienciado, envolve memórias, afetos e experiências do espaço vivido, já que este se relaciona ao indivíduo à medida que ele consegue atribuir valor a esses espaços (TUAN, 1980).

Em relação aos turistas, a percepção ambiental é considerada um dos fatores mais importantes que influenciam nas atitudes no destino turístico, pois determina o comportamento ambientalmente responsável durante a viagem, que contribui para a conservação ambiental em áreas protegidas (SAHABUDDIN *et al.*, 2021). É importante destacar que os impactos do turismo vão além da alteração do espaço natural, promovendo a ressignificação de lugares historicamente construídos. É comum haver a saída dos moradores locais de suas propriedades em função da especulação imobiliária, e o redirecionamento das atividades tradicionais para os trabalhos em torno dos turistas, como atividades de transporte, hospedagem e restaurantes (AMARAL, 2018).

Para Krippendorf (2003), atualmente, há maior preocupação com os custos e benefícios do turismo para a economia, o meio ambiente e a sociedade, enquanto, antigamente o foco eram apenas nos benefícios econômicos. Porém, mesmo sob uma perspectiva mais ampla acerca do desenvolvimento, as ações ainda são pautadas em modelos de gestão e marketing de perspectiva mecanicista, com um viés meramente financeiro e consumista (KRIPPENDORF, 1977; Korstanje, 2013).

Quanto às comunidades tradicionais, estas são constituídas por grupos que se diferenciam em sua organização social e cultural, apesar das pressões de influências externas (RAJAB; FARIAS; NAKAYAMA, 2021). A região do estudo trata-se de uma comunidade caiçara (BRASIL, 2001). O termo caiçara tem origem no vocábulo Tupi-Guarani *caá-içara*, que era utilizado para denominar as estacas colocadas em torno das tabas ou aldeias, e o curral feito de galhos de árvores fincados na água para cercar o peixe. Com o passar do tempo, passou a ser o nome dado às palhoças construídas nas praias para abrigar as canoas e os apetrechos dos pescadores, e posteriormente, passou a ser o nome dado a todos os indivíduos e comunidades tradicionais do litoral dos estados do Paraná, São Paulo e Rio de Janeiro. Assim, a formação das comunidades caiçaras é compreendida no contexto da ocupação do litoral brasileiro e dos ciclos econômicos vividos. Porém tais grupos dependem de forma diferenciada dos recursos do meio ambiente onde vivem, o que dificulta a definição e caracterização de uma comunidade tipicamente caiçara (DIEGUES, 1983; SAMPAIO, 1987; ADAMS, 2000, SOUZA; LOUREIRO, 2017).

O SNUC (BRASIL, 2000), em seu artigo 5º do Capítulo II, estabelece diretrizes no que diz respeito às comunidades tradicionais e unidades de conservação, assegura a participação efetiva das populações locais na criação, implantação e gestão das unidades de conservação. Nesta perspectiva, em 2007, o Decreto 6.040 instituiu a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (PNPCT) (BRASIL, 2007). No artigo 3º, o conceito de povos e comunidades tradicionais é definido como aqueles que possuem características próprias de uso e apropriação dos recursos naturais, e que são transmitidos tradicionalmente.

Grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural,

social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição (BRASIL, 2007, p. 1).

É válido destacar que o estabelecimento de áreas naturais protegidas limita o desenvolvimento das atividades tradicionais dessas comunidades e gera conflitos entre a comunidade e os gestores ambientais, por isso a importância de as comunidades envolvidas participem ativamente no processo. Assim, o conhecimento das distintas percepções desses atores sociais torna-se importante no planejamento e gestão (PINTO *et al.*, 2006; ZAGO, ROCHA; COSTA, 2020).

Conflitos em unidades de conservação brasileiras devem-se principalmente à dificuldade dos órgãos governamentais em proporcionar os instrumentos adequados ao manejo e proteção dessas áreas (MAGANHOTTO *et al.*, 2014). Na América do Sul, dos 184 parques nacionais existentes, 86% encontram-se habitados por populações humanas. Dentre os principais problemas na gestão dessas unidades tem-se, a situação fundiária indefinida, conflitos com populações dentro das unidades, escassez de recursos humanos e financeiros, instabilidade política das agências de meio ambiente, inexistência e/ou incoerência dos planos de manejo e zoneamento ambiental (AMEND; AMEND, 1992).

Em relação às atividades turísticas em unidades de conservação, buscando investimentos e melhorias na gestão das UCs federais, o ICMBio tem adotado a concessão de serviços ecoturísticos para empresas, com o objetivo de promover o turismo local (ICMBIO, 2020). No ano de 2019, a visitação em UC gerou R\$79 milhões de reais, o que corresponde à 11% do orçamento do ICMBio. Nesse contexto, as atividades turísticas, desde que planejadas e gerenciadas pelos órgãos responsáveis, podem se tornar ferramentas importantes de manejo em unidades de conservação (ICMBIO, 2020).

O turismo é visto como alternativa econômica, que dinamiza a economia local, além de ampliar as oportunidades de emprego e renda (SUTIL, LADWIG e SILVA, 2021). Entretanto, dependendo da forma de inserção, o turismo pode gerar uma série de efeitos associados às contradições de sua produção econômica, que se manifestam como impactos negativos derivados da implantação de infraestruturas e da prestação dos serviços turísticos, como alojamento, transportes, agenciamentos, alimentação, cultura e lazer (SUTIL, LADWIG e SILVA, 2021).

Conti, Irving e Corrêa (2011) em estudo sobre ecoturismo na Vila de Trindade, afirmam que os parques representam uma das principais categorias de unidades de conservação para o desenvolvimento do ecoturismo. Mas, que constituem um exemplo emblemático da cisão sociedade-natureza, pois, nessas áreas são implementadas limitações de uso dos recursos naturais, sendo necessário repensar a forma de geração de renda dos moradores, assim como o ordenamento do turismo, com vista a potencialização dos processos de conservação da natureza.

Para Sutil, Ladwig e Silva (2021), as contradições do turismo em áreas protegidas derivam de uma produção econômica dirigida ao consumo destes serviços, que é de onde vem o lucro das empresas deste setor terciário da economia. Neste contexto,

quando se trata de turismo em áreas protegidas, a contradição surge no momento em que se converte o “valor de uso” dos espaços naturais em um “valor de troca”, que resulta em um espaço “mercadoria”, e gera aumento da circulação de pessoas, maior preço dos serviços e, inclusive, maior custo de vida para as comunidades locais.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para a análise da percepção ambiental usou-se a técnica de entrevistas orientadas por questionário, ou seja, entrevistas diretas e pessoais utilizando um questionário como roteiro. Como o presente artigo é decorrente de uma pesquisa de doutorado, o modelo de questionário e as narrativas dos entrevistados encontram-se na tese “Conflitos de uso dos recursos naturais em áreas protegidas, percepção ambiental e potencialidades para o turismo de base comunitária: um estudo em Trindade, Paraty, RJ” (SANTOS, 2016). Para compreensão e interpretação dos resultados das entrevistas foi realizada a análise de conteúdo.

As entrevistas orientadas por formulário de questões, com base na conceituação do problema e do plano da pesquisa, e cuja respostas expressem ao máximo o que diz o entrevistado, constituem uma técnica que aproxima a visão do entrevistado à situação real (BATISTA; MATOS; NASCIMENTO, 2017; MOURA; ROCHA, 2017). Para a melhor investigação sobre a percepção dos entrevistados, as perguntas devem estar relacionadas às características individuais, características do grupo, territorialidades e etnocentrismos, percepções sensoriais, atitudes, informações e comportamentos (WHYTE, 1977).

No estudo foram aplicados 50 questionários semiestruturados com perguntas abertas e fechadas, elaboradas para identificar a percepção ambiental dos atores sociais em relação à área de estudo. A entrevista abordou aspectos relacionados ao perfil do ator social, sua profissão, idade, escolaridade, naturalidade, sua participação dentro da comunidade e o seu conhecimento em torno da legislação ambiental em questão, assim como questões voltadas para as atitudes do ator social em relação ao meio ambiente. O objetivo foi identificar o senso de pertencimento ao lugar, percepções sobre o estado de conservação, integração à cultura tradicional caiçara, e sobre as ações do PNSB.

4 ANÁLISE DOS RESULTADOS

Foram entrevistados 33 moradores, 13 turistas e 4 pessoas ligadas ao poder público, totalizando 50 pessoas. A faixa etária do grupo variou de 20 a 82 anos. Entre os moradores entrevistados estão aposentados, comerciantes, proprietários de pousadas e/ou lojas, barqueiros e pescadores. A partir dos questionários aplicados foi possível identificar atores sociais com diferentes perspectivas e planos para a área em questão, que se estruturam em compreensões distintas sobre o uso dos recursos naturais. Os atores identificados foram:

- Moradores, que se autointitularam caiçaras nas entrevistas. São pescadores, barqueiros e comerciantes, incluindo alguns representantes de associações comunitárias, que vivem do turismo, mas afirmam conservar traços de sua cultura tradicional. Este grupo inclui 31 dos 33 moradores abordados;
- Moradores que não são nativos de Trindade. São empresários do setor de turismo, que encontraram em Trindade uma forma de vida alternativa e um local com possibilidade de renda. Este grupo inclui 2 dos 33 moradores entrevistados.
- Turistas: pessoas que estão hospedadas em Trindade ou em Paraty e visitam a Vila, a partir de agência de turismo, ou por conta própria;
- Representantes dos órgãos públicos, pessoas com influência política, que participam da gestão da unidade de conservação e não residem em Trindade.

As diferentes relações dos entrevistados com a área de estudo, permitiram identificar atitudes que podem influenciar na ocupação do espaço e na conservação dos recursos naturais.

A primeira atitude foi percebida principalmente nas respostas dos moradores, e relaciona-se à existência de um senso de pertencimento ao lugar, que pode contribuir na elaboração e implantação de ações de gestão e planejamento ambiental.

Moreira (2006) afirma que o lugar é o sentido do pertencimento, a identidade biográfica do homem com os elementos do seu espaço vivido. Nesse contexto, cada objeto conta uma história que se confunde com a história dos habitantes, assim compreendidos justamente por não terem com o ambiente uma relação de quem veio de fora. Para o autor, o espaço surge da relação de ambientalidade, ou seja, da relação de coabitação que o homem estabelece com a diversidade da natureza.

A outra atitude, encontrada sobretudo nas respostas dos turistas, revela um distanciamento em relação ao meio, o que pode gerar dificuldades na elaboração de propostas sustentáveis, ao mesmo tempo que aponta para a necessidade de ações de educação ambiental.

Sutil, Ladwig e Silva (2021) afirmam que o turismo é determinado por motivações que combinam necessidades e desejos influenciáveis por imagens e percepções sobre os lugares a serem visitados. Assim, por meio de percepções extraídas de mensagens e informações promocionais é que o consumidor desenvolve ideias a respeito de um destino, de um produto ou de uma empresa que oferece um determinado serviço turístico.

Geraldino (2014) destaca que há uma confusão sobre a existência de um mundo físico externo a um organismo, ou seja, uma afirmação incorreta de que os ambientes existem sem as espécies. Assim, para o autor, o meio ambiente só aflora indubitavelmente, e em todo o seu sentido, quando se dispõe do recorte da vida, fazendo o mundo deslindar-se entre seres inorgânicos/não-vivos e seres orgânicos/vivos.

Quanto à definição de meio ambiente dos entrevistados, ao observar as respostas (Quadro 1), é possível perceber que todos associam o meio ambiente à existência de vida e recursos naturais, embora alguns não se sintam inseridos no meio ambiente, e interpretam o meio como tudo o que está ao seu redor.

QUADRO 1: DEFINIÇÕES DE MEIO AMBIENTE DOS ENTREVISTADOS

Turistas	Moradores	Poder Público
<i>"Relações que os indivíduos de espécies estabelecem entre si"</i>	<i>"Lugar em que vivemos em harmonia com a natureza"</i>	<i>"Componentes físicos e biológicos que interferem direta ou indiretamente no sujeito, população, espécie e etc."</i>
<i>"Tudo que foi oferecido para nós naturalmente"</i>	<i>"Comunidade sem favela, com pássaros e árvores"</i>	<i>"Pode ser natural, com ou sem interferência humana e alterações provocadas pelo homem"</i>
<i>"Natureza mais as pessoas"</i>	<i>"Tudo que está sendo degradado"</i>	<i>"Tudo que nos envolve"</i>
<i>"Natureza mais a cidade"</i>	<i>"O que sobrou ainda conservado"</i>	<i>"Necessário à vida"</i>
<i>"Necessária à vida"</i>	<i>"Meio ambiente é o IBAMA"</i>	
<i>"Florestas preservadas"</i>	<i>"Tudo verde que está a sua volta"</i>	
<i>"Recursos naturais"</i>	<i>"Tudo ao seu redor"</i>	
<i>"Beleza natural de um lugar"</i>	<i>"Praia preservada"</i>	
<i>"Natureza"</i>	<i>"Reserva onde os animais estão sem o homem"</i>	
	<i>"É a vida a nossa volta"</i>	
	<i>"Local onde estamos"</i>	
	<i>"Lugar de preservação da natureza"</i>	

FONTE: Os autores (2021)

Em relação à definição de meio ambiente nas entrevistas, observou-se que a percepção do meio ambiente está diretamente relacionada à forma como o ator social lida com o recurso natural, seja como algo que lhe pertence e é necessário à vida, seja como um produto a ser explorado. Isto se deve à complexidade da relação sociedade/natureza, que reflete na forma de uso dos recursos naturais, envolvendo aspectos ambientais, sociais, culturais, políticos e econômicos.

Em relação às respostas do questionário, ao perguntar a moradores e turistas (46 entrevistados) em qual(is) unidade(s) de conservação a vila de Trindade está inserida, apenas 23,9% dos entrevistados sabiam que a área inclui de forma sobreposta a APA Cairuçu e o PNSB. Enquanto 28,3% responderam não saber sobre a existência

de unidade de conservação e 47,8% ficaram em dúvida quanto à unidade de conservação, ou alegaram não pertencer a nenhuma. Ou seja, tanto turistas como moradores desconhecem a inserção do local dentro das unidades de conservação, o que pode prejudicar estratégias de conservação.

Ao perguntar também aos moradores e turistas (46 pessoas) sobre o estado de conservação da vila de Trindade, 28,3 % disseram estar bem conservado, 15,2 % disseram não está conservado, enquanto 56,5% acham que está bem conservado, mas que poderia estar melhor.

Ainda em relação ao estado de conservação, ao analisar as respostas dos moradores e turistas sobre quem são os responsáveis pela conservação do local, os turistas apontaram, em sua maioria, a responsabilidade do poder público e dos moradores pela conservação do local. Enquanto para moradores, os principais responsáveis pela conservação são os próprios moradores e o poder público. Esta pergunta era fechada e havia a possibilidade de indicar mais de uma resposta.

Ressalta-se que todos os moradores destacaram não serem os responsáveis pela destruição do local e que, por isso, não deveriam sofrer tantas restrições com o estabelecimento do PNSB. Os moradores alegaram ajudar na conservação do local ao evitar cortar madeiras, coletar o lixo deixado na praia, não poluir o rio, pescar na época certa de cada peixe, e evitar vender as terras para empresários interessados em grandes empreendimentos.

Merce destaque a resposta de um turista sobre como participa da conservação local, ao afirmar que não pode participar da conservação por estar apenas visitando. Isto mostra a necessidade do fortalecimento de ações de educação ambiental para conscientização e sensibilização, mostrando maneiras de como os turistas podem contribuir.

É possível perceber que os moradores, independentemente de sua função social na comunidade, atribuem a Trindade valor afetivo de lugar, com forte ligação ao histórico de luta pela terra, ainda presente na memória e na fala da comunidade. Além disso, existe no discurso uma valorização das belezas naturais, que segundo eles, estão bem conservadas devido às suas ações e dos seus antepassados.

Esse discurso dos moradores expressa senso de pertencimento ao lugar onde vivem e responsabilidade pelas ações ali desenvolvidas. Giuliani (2004) aponta que o apego ao lugar se desenvolve gradualmente e exige algum tempo para consolidar-se, tendo como influência principal o significado do lugar para a sua própria identidade, a qualidade ambiental frente às necessidades dos indivíduos e o tempo de residência e familiaridade com o local.

Podemos definir impactos ambientais como toda ação causadora de modificações potencialmente significativas nos meios físicos, biótico e social (SÁNCHEZ, 2006). Dentre os impactos ambientais apontados pelos entrevistados, os principais foram: poluição das águas dos rios, devido à ausência de rede de esgoto; poluição sonora, principalmente nos feriados em função do grande número de turistas; a retirada da vegetação, e a desvalorização da cultura tradicional caiçara, pois os caiçaras estariam

trabalhando com o turismo, ao invés de estarem realizando atividades tipicamente caiçaras, como a pesca.

Apesar da atividade turística ser apontada como causadora de impacto ambiental, ao perguntar aos entrevistados, neste caso, turistas, moradores e o poder público (50 pessoas) sobre os benefícios do turismo, a maioria indicou ser benéfico e importante fonte de renda para a economia local.

Ao perguntar para os três grupos de entrevistados sobre a existência de uma cultura tradicional caiçara na Vila de Trindade, cerca de 54% afirmaram ainda existir a cultura tradicional, 34% não reconhecem a presença desta cultura, e 12% sabem da existência, mas não conseguem perceber a presença de tais características. Para os atores sociais que identificam a presença da cultura caiçara, esta manifesta-se por meio da realização dos festejos caiçaras, da prática de agricultura de subsistência e da realização de pesca artesanal. É válido destacar que dentre os que afirmam desconhecer a existência da cultura tradicional caiçara estão todos os turistas e os representantes do poder público.

É válido destacar que estudos de análise de mercado turístico apontam a cultura tradicional caiçara, as belezas cênicas e as áreas protegidas como potenciais atrativos turísticos e alternativas para a geração de negócios. Roteiros culturais com o modo de vida caiçara, arte, cultura, gastronomia, danças típicas e observação de espécies são exemplos de atividades que podem ser desenvolvidas (VALENTE; MIELKE, 2017).

Sobre o conceito de “caiçaras”, alguns autores apontam que a cultura se formou pelo cruzamento do português com o indígena, produzindo o mameluco paulista, e que tal gênero de vida combina a agricultura com a pesca. Os caiçaras seriam povos com identidade própria, em função do tipo de vida e cultura que lhes são característicos, seus conhecimentos sobre os recursos naturais, além do relativo isolamento urbano ao qual estão inseridos (SETTI, 1985; SANCHES, 1997; DIEGUES, 2008; RAJAB; FARIAS; NAKAYAMA, 2021)

A gestão do PNSB, que considera Trindade uma área de alto valor ecológico e econômico, reconhece o valor da área como uma vila de pescadores, porém, considera que as atividades atuais são basicamente voltadas para o turismo. Por outro lado, a comunidade afirma que “ser caiçara” está na sua essência, e se moldar ao modelo econômico vigente é uma questão de sobrevivência.

Apesar dos moradores terem uma ligação com a história de Trindade, atualmente suas atitudes refletem a perda da cultura tradicional e valorização de meios para geração de renda, uma vez que suas atividades estão voltadas para atender ao turismo. Isso nos leva a refletir sobre o conceito de comunidades tradicionais e como o potencial turístico pode ser explorado sem descaracterizar o uso tradicional dos recursos e a cultura local.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante da percepção ambiental dos envolvidos na pesquisa, identificam-se similaridades de compreensão entre os atores sociais, quanto à preservação ambiental e aos impactos causados pelo turismo.

Os olhares diversos possibilitaram a caracterização de grupos com diferentes perspectivas, objetivos e compreensões sobre os recursos naturais. Sendo assim, considera-se que o objetivo da pesquisa foi alcançado, pois compreender como as populações percebem e interagem pode servir de subsídio à elaboração e implementação de programas de educação ambiental, que beneficiem as relações entre as populações e a unidade de conservação minimizando os conflitos.

. Observa-se que o turismo é visto como uma ameaça, tanto para a perda cultural, como para a conservação ecológica, e que a valorização da cultura tradicional caiçara se apresenta como mecanismo para minimizar as perdas culturais.

Para um adequado planejamento da atividade turística, é necessário investimento em infraestrutura, conscientização e capacitação da população local, visando principalmente o envolvimento da comunidade e o fortalecimento dos aspectos culturais. Propõe-se a valorização da cultura local caiçara, e sobretudo que o roteiro turístico seja planejado pela própria comunidade, já tantas vezes excluída dos processos, evitando-se assim um desenvolvimento turístico exógeno, que atenda ao padrão externo e aos moldes de Paraty.

Os resultados apontam desafios para o fortalecimento da relação entre a comunidade de Trindade e a gestão do PNSB, tais como a continuidade das atividades de comunicação e educação ambiental (formal e não formal), envolvendo os diferentes segmentos sociais, a revisão e finalização do plano de manejo e a efetividade das ações de infraestrutura e saneamento.

Uma limitação encontrada na presente pesquisa foi a necessidade de uma maior participação de moradores na realização das entrevistas, uma vez que muitos não se sentiram à vontade em participar, pois ainda existem conflitos sócio ambientais com a gestão da unidade de conservação e com iniciativas privadas.

Não é possível afirmar se a comunidade de Trindade é uma comunidade tipicamente caiçara ou não, o que seria mais apropriado por meio de um estudo antropológico. Porém, observou-se que existe uma memória afetiva pela história caiçara, o que pode ser utilizado a favor da conservação ambiental, antes que ocorra uma perda irreversível dessa cultura para as próximas gerações.

Espera-se que tais propostas possam ser estendidas a demais unidades de conservação que estejam passando por processos semelhantes, desde que as devidas particularidades de cada área sejam consideradas.

REFERÊNCIAS

- ABRAM, D. **The spell of the sensuous**. 1. ed. New York: Vintage Books, 1997.
- ADAMS, C. As populações caiçaras e o mito do bom selvagem: a necessidade de uma abordagem multidisciplinar. **Revista de Antropologia, São Paulo**, v. 43, n.1, p.145-182, 2000. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/ra>. Acesso em: 22 mar. 2021.
- AMARAL, K. C. A. V. **A gente cuida do cerrado porque ele cuida de nós: Um diálogo entre educação, ambiente e saberes tradicionais**. 136 f. Dissertação (Mestrado Educação). Universidade do Estado de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2018. Disponível em: <http://www.ppgeduc.uemg.br/wpcontent/uploads/2018/08/DISSERTAC3%87%C3%83O-KELEAMARAL.pdf>. Acessado em 01/10/2020.
- AMEND, S.; AMEND, T. Habitantes en los Parques Nacionales: una contradicción insoluble? In: AMEND, S.; AMEND, T. (Orgs.) **Espacios**AMEND, S.; AMEND, T.(Orgs.).
- Espacio sin habitantes? Parques Nacionales de América del Sur. Gland/Caracas: IUCN/Editorial Nueva Sociedad, 1992, p. 457-72. Sur. Caracas: IUCN/Editorial Nueva Sociedad, 1992, p. 453-472.
- BATISTA, E. C.; MATOS, L. A. L.; NASCIMENTO, A. B. A entrevista como técnica de investigação na pesquisa qualitativa. **Revista Interdisciplinar Científica Aplicada**, Blumenau (SC), v. 11, n. 3, p. 23-38, 2017. Disponível em: <https://rica.unibes.com.br/rica/article/view/768/666>. Acesso em: 05 abr. 2021.
- BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Altera artigo 1º, do Decreto nº 68.172, de 4 de fevereiro de 1971**, Brasília: MMA, 1972. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1970-1979/decreto-70694-8-junho-1972-419519-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 20 mar. 2021.
- BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Decreto nº 68.172, de 4 de fevereiro de 1971: Criação do Parque Nacional da Serra da Bocaina**, Brasília: MMA, 1971. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1970-1979/D68172.htm. Acesso em: 20 mar. 2021.
- BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Decreto-lei nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007**. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, Brasília: MMA, 2007. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm. Acesso em 21 abr. 2020.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Lei nº9.985**: institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências, Brasília: MMA, 2000. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9985.htm. Acesso em 03 de fev. de 2016.

BRASIL. Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, IBAMA. **Plano de Manejo do Parque Nacional da Serra da Bocaina**, Brasília: MMA, IBAMA, 2001. Disponível em <http://www.icmbio.gov.br/parnaserradabocaina/pesquisa-cientifica.html>. Acesso em 01 abr. 2016.

BRASIL. Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, IBAMA. **Relatório de Monitoria – Etapa I**, Brasília: MMA, IBAMA, 2010. Disponível em <<https://www.icmbio.gov.br/parnaserradabocaina/extras/62-plano-de-manejo-e-monitorias.html>>. Acesso em 10 dez. 2021.

CONTI, B. R.; IRVING, M. A.; CORRÊA, F. V. Ecoturismo e Proteção da natureza no Parque Nacional da Serra da Bocaina: o caso da Vila de Trindade (Paraty-RJ). **Revista Brasileira de Ecoturismo (RB Ecotur)**, [S. I.], v. 4, n. 4, p.503, 2011. Disponível em: <https://periodicos.unifesp.br/index.php/ecoturismo/article/view/5937>. Acesso em: 7 mai. 2021.

CURVELO, M.B.; LOPES JUNIOR, W.M. Urbanização turística e reprodução espacial: considerações sobre Trindade (Paraty, RJ). **Ateliê do Turismo**, Campo Grande, v. 5, n. 1, p. 66-88, 2021. Disponível em: <https://trilhasdahistoria.ufms.br/index.php/adturismo/article/view/12118/8835>. Acesso em: 10 dez. 2021.

DIEGUES, A. C. S. **Pescadores, Camponeses e Trabalhadores do Mar**. 1 ed. São Paulo: Ática, 1983.

DIEGUES, A. C. S. **O mito moderno da natureza intocada**. 6 ed. São Paulo, SP: Hucitec, 2008.

FERREIRA, L. F.; COUTINHO, M. C. B. Educação ambiental em estudos do meio: a experiência do Bioma Educação Ambiental. In: SERRANO, C. (Org.) **A educação pelas pedras**. São Paulo: Chronos, 2000, p. 171-188.

GERALDINO, C. F. G. Uma definição de meio ambiente. **GEOUSP Espaço e Tempo (Online)**, v. 18, n. 2, p. 403-415, 2014. DOI: 10.11606/issn.2179-0892.geousp.2014.84540.

GIULIANI, M. V. O lugar do apego nas relações pessoas-ambiente. In: TASSARA, E.T.O.; RABINOVICH, E.P.; GUEDES M.C. (Orgs.). **Psicologia e ambiente. São Paulo: EDUC**, 2004, p. 89-106.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD**, Rio de Janeiro: IBGE, 2020. Disponível em <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rj/paraty/panorama>. Acesso em 09 fev. 2021.

INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE (ICMBIO). **Relatório anual de gestão**, 2020. Disponível em: https://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/Acesso_Informacao/Auditorias/Processos_de_Contas_Anuais/relatorio_de_gestao_Ano_2019.pdf. Acesso em 01 fev. 2020.

KORSTANJE, M. The Sociology of Tourism in Jost Krippendorf, **Anuario Turismo y Sociedad**, v. 14, p. 171-183, 2013.

KRIPPENDORF, J. **Sociologia do Turismo**: para uma nova compreensão do lazer e das viagens. São Paulo: Aleph, 2003.

KRIPPENDORF, J. **Les devoreurs de paysages**: le tourisme doit-il de truire les sites out le font vivre? Lausanne: Editions 24 heures, 1977.

KUHNEN, A. Percepção ambiental. In: CAVALCANTE, S.; ELALI, G. A. (orgs.). **Temas Básicos em Psicologia Ambiental**. Petrópolis (RJ): Vozes, 2011, p. 250-266.

MAGANHOTTO, R. F.; SANTOS, L. J. C.; NUCCI, J. C.; LOHMANN, M.; SOUZA, L. C. P. Unidades de Conservação: limitações e contribuições para a conservação da natureza. **Sustentabilidade em Debate**. Brasília, v. 5, n. 3, p. 203-221, 2014. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/sust/issue/view/764>. Acesso em 13 fev. 2021.

MELIANI, P.F. Um olhar geográfico sobre os desafios e as possibilidades do turismo em áreas protegidas. In: SUTIL, T; LADWIG, N.I.; SILVA, J.G.S (Orgs.). **Turismo em áreas protegidas**. Criciúma: UNESC, 2021. Disponível em: <http://repositorio.unesc.net/handle/1/9045>. Acesso em: 10 mar. 2022.

MOREIRA, R. **Para onde vai o pensamento geográfico? Por uma epistemologia crítica**. São Paulo: Contexto, 2006.

MOURA, F.A.; ROCHA, L.L.L.F. Memória e história: entrevista como procedimento de pesquisa em Comunicação. **Revista Comunicação Midiática**, Bauru (SP), v. 12, n. 2, p. 162-175, 2017. Disponível em: <https://www2.faac.unesp.br/comunicacaomidiatica/index.php/CM/article/view/49>. Acesso em: 05 abr. 2021.

PINTO, L. P.; BEDÊ, L. C.; PAESE, A.; FONSECA, M.; PAGLIA, A. P.; LAMAS, I. Mata Atlântica Brasileira: os desafios para conservação da biodiversidade de um Hotspot mundial. In: ROCHA, C. F. D.; BERGALLO, H. G.; VAN SLUYS, M.; ALVES, M. A. S. (Org). **Biologia da Conservação: essências**. São Carlos: RIMA, p. 69-96, 2006. Disponível em: http://www.conexaoambiental.pr.gov.br/sites/conexaoambiental/arquivos_restritos/files/documento/2018-11/conservacao_mata_atlantica.pdf. Acesso em 13 fev. 2021.

RAJAB, V. P.; FARIAS, L. A.; NAKAYAMA, C. R. Perceber para pertencer: uma reflexão sobre topofilia na Comunidade Tradicional Caiçara da Ilha Diana/Santos-SP. **Ambiente & Educação**, Porto Alegre, v. 25, n. 3, p. 373-404, 2021. Disponível em: <https://seer.furg.br/ambeduc/article/view/11628>. Acesso em: 22 mar. 2021.

SAHABUDDIN, M.; TAN, Q.; HOSSAIN, I.; ALAM, M.S.; NEKMAHMUD, M. Tourist Environmentally Responsible Behavior and Satisfaction; Study on the World's Longest Natural Sea Beach Cox's Bazar, Bangladesh, **Sustainability**, Switzerland, v. 13, n. 16, p. 1-18, 2021. Disponível em: <<https://www.mdpi.com/2071-1050/13/16/9383>> Acesso em 10 dez. 2021.

SAMPAIO, T. **O tupi na geografia nacional**. 5 ed. Rio de Janeiro: Brasiliiana, 1987.

SÁNCHEZ, L.E. **Avaliação de Impacto Ambiental**: conceitos e métodos. São Paulo: Oficina de textos, 495p. 2006.

SANCHES, R. A. **Caiçaras e a Estação Ecológica de Juréia-Itatins (Litoral Sul – São Paulo)**. 209 f. Dissertação (Mestrado em Ecologia), Universidade de São Paulo, São Paulo, 1997. Disponível em:<<https://repositorio.usp.br/item/000941993>>. Acesso em 23 mar. 2021.

SANTOS, L.B. **Conflitos de uso dos recursos naturais em áreas protegidas, percepção ambiental e potencialidades para o turismo de base comunitária: um estudo em Trindade (Paraty - RJ)**". 2016, 143f. Tese (Doutorado em Geografia), Instituto de Geociências, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.

SETTI, K. **Ubatuba nos cantos das praias. Estudo do caiçara paulista e de sua produção musical**. 1 ed. São Paulo: **Ática**, 1985.

SILVA JUNIOR, V.; SANTOS, B. Using Environmental Perception and Local Knowledge to improve the effectiveness of an Urban Park in Northeast Brazil. **Ethnobiology and Conservation**. v. 6, n. 10, p. 1-24, 2017. Disponível em: <https://ethnobioconservation.com/index.php/ebc/article/view/108/124>. Acesso em: 10 dez. 2021.

SOUZA, V. M.; LOUREIRO, C. F. Educação diferenciada e povos tradicionais caiçaras: resistência e luta diante da expansão do capital sobre os territórios tradicionais. In: OLIVEIRA, M. M. D; MENDES, M.; HANSEL, C. M.; DAMIANI, S. (Orgs.), **Cidadania, meio ambiente e sustentabilidade**, Caxias do Sul (RS): Educs, 2017, p. 483-509. Disponível em: <https://www.ucs.br/site/midia/arquivos/ebook-cidadani-meioamb.pdf>. Acesso em: 20 mar. 2021.

TUAN, Y. **Ambiguidade nas atitudes para com o meio ambiente**. Boletim geográfico. Rio de Janeiro: IBGE, 1975. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/19/bg_1975_v34_n245_abr_jun.pdf. Acesso em 20 mar. 2021.

TUAN, Y. F. **Espaço e Lugar**: a perspectiva da experiência. São Paulo: DIFEL, 1983.

TUAN, Y. F. **Topofilia**: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente. São Paulo: Difel, 1980.

VALENTE, T. O.; MIELKE, E. J. C. Evolução e Potencialidades de Inovação do Turismo de Base Comunitária no Município de Guaraqueçaba – PR (Brasil). **Turismo e Sociedade**. Curitiba, v. 10, n. 3, p. 1-26, 2017. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/turismo/article/view/55252/34950>. Acesso em 17 maio 2021.

WHYTE, A. T. **Guidelines for Fields Studies in Environmental Perception**. 1 ed. Paris: UNESCO, 1977.

ZAGO, J. P.; ROCHA, M. B.; COSTA, I. J. O. Estudo sobre Percepção Ambiental de Visitantes no Parque Nacional da Tijuca. **Research, Society and Development**, v. 9, n. 1, p. 1-24, 2020. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=7345361>. Acesso em: 22 mar. 2021.

Recebido em: 07-05-2021.

Aprovado em: 12-03-2022.

TS